



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social

## A QUESTÃO SOCIAL DO TRABALHO: O OLHAR CRÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL PARA A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO IDOSA

Ana Claudia de Oliveira Silva<sup>1</sup>  
Maria Goretti Vieira<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente estudo discute a questão social do trabalho e as consequências para o envelhecimento da população analisando que a questão social está intrinsecamente ligada ao embate capital/trabalho. A relevância da pesquisa deriva da necessidade premente de fortalecer o debate acerca da temática, pensando que com o aumento da longevidade como ficará a situação da população idosa no país. A metodologia adotada consiste na revisão de literatura e pesquisa documental, numa abordagem qualitativa, com base no materialismo histórico dialético. Tem como objetivo central analisar a questão social do trabalho e suas consequências para o envelhecimento da população e as possibilidades interventivas da atuação do profissional do serviço social para a garantia de direitos da pessoa idosa. Os resultados da pesquisa comprovam que o Serviço Social tem muito a contribuir para a garantia de direitos da população idosa, fomentando discussões e denunciando situações de violação de direitos conforme o Estatuto do Idoso.

**Palavras chave:** População Idosa, Serviço Social; Questão Social; Trabalho

**Abstract:** The present study discusses the social issue of work and the consequences for the aging of the population, analyzing that the social question is intrinsically linked to the capital / labor conflict. The relevance of the research derives from the urgent need to strengthen the debate about the subject thinking that with the increase of longevity as will the situation of the elderly population in the country. The methodology adopted consists of literature review and documentary research, in a qualitative approach, based on dialectical historical materialism. Its main objective is to analyze the social issue of work and its consequences for the aging of the population and the intervention possibilities of the social service professional to guarantee the rights of the elderly. The results of the research show that the Social Service has much to contribute to the guarantee of rights of the elderly population fomenting discussions and denouncing situations of violation of rights according to the Statute of the Elderly.

**Keywords:** Elderly Population, Social Service; Social issues; Job

### 1 Introdução

Atualmente crescem as discussões acerca do envelhecimento da população e a questão da longevidade no Brasil e no mundo. Em tempos de desmonte da seguridade social e de redução dos investimentos em saúde e educação se identifica ameaças aos direitos conquistados e as dificuldades de acesso a bens e serviços diante da omissão do Estado se torna relevante a discussão da temática.

---

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, E-mail: anaclaudiaol2018@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social, Prefeitura Municipal de Uberaba, E-mail: anaclaudiaol2018@gmail.com.

No contexto atual, identifica-se o Estado representando os interesses do mercado, subordinando a política social à política econômica; voltando sua ação, na perspectiva de implementar as políticas públicas para atender a essas demandas. Um Estado máximo para o capital e mínimo para a população, portanto acabando por ser instrumento da classe dominante.

## **2 A questão social do trabalho e as consequências para o envelhecimento da população**

Iamamoto e Carvalho (2014) enfatizam que a questão social nada mais é que as expressões em que se deram a formação, o desenvolvimento e a entrada da classe operária no cenário político da sociedade, buscando se reconhecer como classe pelo Estado e pelo empresariado. Estão presentes, nas contradições entre a classe operária e a burguesia, em que a primeira, luta por intervenções que vão muito além da caridade e da repressão.

A questão social não é um tema contemporâneo, é uma problematização antiga das relações sociais capitalistas advindas principalmente da Revolução Industrial, quando o trabalho artesanal e rural foi sendo substituído pelos maquinários. Dessa forma, a questão social se tornou latente na sociedade dividida por classes sociais, com aumento da pauperização da classe trabalhadora.

A mudança nos modos de produção trouxeram a classe operária uma consciência crítica da situação que lhes eram impostas e portanto a necessidade de lutar por um Estado minimamente interventor para diminuição das desigualdades sociais.

Posta em primeiro lugar, com caráter de urgência, a manutenção e a defesa da ordem burguesa, a “questão social” perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional [...]. Entre os pensadores laicos, as manifestações imediatas da “questão social” (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo frente a conjunturas econômicas adversas, etc.) são vistas como desdobramento, na sociedade moderna (leia-se: burguesa), *de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social*, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada [...], capaz de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário *reformista* [...]. No caso do pensamento conservador confessional, se reconhece a gravitação da “questão social” e se apela para medidas sócio-políticas para diminuir os seus gravames, insiste em que somente sua exacerbação contraria a *vontade divina* (é emblemática, aqui, a lição de Leão XIII, de 1891) (NETTO 2001, p.43-44 apud MARX, 1864, p.10)

As expressões da desigualdade social originaram-se com a divisão de classes entre proletariado e burguesia surgindo conflitos entre as classes sociais, pois a produção social coletiva era privatizada pela classe burguesa. Para Machado (2007),

as expressões da questão social são percebidas no desemprego, na fome, no analfabetismo, na violência, e não somente no contexto capital versus trabalho.

Segundo a literatura esse conceito surgiu no século XIX devido ao pauperismo gerado com a nova forma de organização da sociedade e as grandes alterações no modo de vida da população desencadearam a necessidade de um olhar diferenciado para o novo contexto social.

A igreja e a sociedade civil buscavam, por meio da caridade e da benevolência alternativas para minimizar essas expressões que estavam cada vez mais latentes.

O trecho a seguir do documento: a Encíclica *Rerum Novarum* (1891.p 6) nos mostra a preocupação da igreja:

[...] no seu epicentro a preocupação com as relações entre capital e trabalho, procurando conferir aparência de naturalidade à desigualdade fundamental na apropriação da riqueza social. O liberalismo dominante àquela época, não obstante as reservas críticas da Igreja Católica, inspirou, de sua parte, mecanismos predominantemente pautados na caridade cristã para amenizar o sofrimento desses “pobres imprevidentes”

Para Iamamoto e Carvalho (2014), pode-se observar que surgem outros modos da sociedade e do Estado interpretar e agir sobre a questão social:

Historicamente, passa-se da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. Passa o Estado a atuar sistematicamente sobre as sequelas da exploração do trabalho expressas nas condições de vida do conjunto dos trabalhadores (CARVALHO; IAMAMOTO, 2014, p. 85).

O trabalho é algo imposto pelo capitalismo e a consequência deste sistema que leva o ser humano ao individualismo e competitividade, ou seja, é um modo subjetivo. Autores como Hobbes, em sua obra “O Leviatã”, de 1651, que sistematizou o conceito de natureza humana e dentro deste o quanto o ser humano tem o instinto de conservação, afirmam que há três causas de guerra: a competição, a desconfiança e a ânsia da glória. O que vem de encontro ao fortalecimento do projeto capitalista fazendo um reflexo para a contemporaneidade.

Em 1761, Rousseau publica “O Contrato Social”, o qual estuda as duas classes de desigualdade na espécie humana, uma delas a natural que é saúde, força corporal, idade, e a outra política ou moral, pois o que difere o homem dos animais é a transformação que os homens conseguem realizar através da teleologia.

Segundo Iamamoto (2011), as práticas de concentração de capital, renda e poder, foram responsáveis pelo agravamento das expressões da questão social no país. Destacam-se as precárias condições de vida da maioria da população brasileira, o desemprego e o subemprego com sérios rebatimentos na vida cotidiana. E o

afastamento do Estado frente essas questões se eximindo de suas responsabilidades sociais contribuiu ainda mais para seu agravamento.

O contexto da exploração do capital x trabalho é fundante para agravamento da questão social e suas expressões. Para Netto (2001, p. 42-46),

[...] se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha muito de longe a polarização entre os ricos e os pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. Pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*. [...] Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação da escassez. Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução, e, no limite, da sua supressão. [...] A exploração não é um traço distintivo do regime do capital (sabe-se, de fato, que formas sociais assentadas na exploração precedem largamente a ordem burguesa) o que é distintivo desse regime é que a exploração se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, [...] suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social. Ou seja: a supressão da exploração do trabalho pelo capital, construída a ordem burguesa e altamente desenvolvidas as forças produtivas, não implica – bem ao contrário! – redução da produção de riquezas. [...] Na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação)

Ao Estado caberia o papel de regulador das contradições impostas, porém o que percebemos é um governo que investiu minimamente em políticas sociais para atender as demandas da classe trabalhadora.

Na Europa se desenvolveu o *Welfare State*, ou seja, Estado de Bem Estar Social com a criação de políticas sociais respeitando as particularidades de cada localidade, com intuito de diminuição das desigualdades sociais, pois as expressões da questão social se tornaram expressivas no contexto social.

[...] é o Estado de bem-estar aquele que o neoliberalismo pretende limitar. A proposta neoliberal aponta para o fim do “Estado Interventor”, para a redução do gasto destinado às políticas sociais, para a desregulação das condições de trabalho, para o controle cada vez maior do capital sobre o trabalho; reservando a participação do Estado para salvaguardar a propriedade e as “liberdades”, intervindo naqueles âmbitos nos quais o mercado não pode ou não quer (por não ser atrativo, do ponto de vista da lucratividade) dar resposta (MONTAÑO, 2003, p. 235).

Para o neoliberalismo as políticas sociais são consideradas gastos e não investimento na população pauperizada que vive à margem da sociedade. O intuito de levar o direito à cidadania e condições dignas de sobrevivência nessa sociedade

desigualmente social, porém as políticas sociais têm caráter seletivo e focalizado na miserabilidade do sujeito.

Para Yamamoto (2010), a questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

A autora destaca que foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para esfera pública exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos.

Para isso a classe trabalhadora se organizou em sindicatos e partidos políticos para lutar contra a opressão da classe burguesa, na busca por melhores condições de vida e trabalho caracterizando a luta de classes (a exploração do trabalho pelo capital produz e reproduz o capitalismo).

A questão social na contemporaneidade em sua gênese seria a mesma que há séculos, por exemplo, à relação de exploração do capital x trabalho; seu atendimento está diretamente relacionado aos problemas e grupos sociais que podem comprometer a ordem social já estabelecida. Ela é a expressão das manifestações das desigualdades e antagonismos presentes nas contradições da sociedade capitalista; e justamente essas expressões são dinâmicas e precisam ser repensadas de forma a minimizar as consequências para a sociedade em geral.

Dessa forma, precisamos pensar a origem das manifestações mais evidentes da "questão social" hoje, como por exemplo, o desemprego crescente, o aumento da miséria e das desigualdades sociais, etc. Para isso, devemos nos remeter, necessariamente ao processo de desenvolvimento capitalista tardio e dependente na América Latina e aprofundar a análise do contexto da modernização excludente que, como diz Lechner (1990), é o marco econômico e cultural de nossa época (SANTOS 2004, p.90).

As manifestações da questão social na contemporaneidade geram insegurança e violência, aterrorizando a sociedade enquanto os governos neoliberais congelam investimento em saúde, educação. O Estado prioriza a construção de presídios as escolas e culpabilização do indivíduo pelo senso comum nos faz repensar todo esse âmbito político, ideológico,

A importância das políticas públicas é dar resposta a tudo aquilo que põe em risco a sociedade, respeitando as especificidades de cada lugar, e atender as novas demandas os sujeitos e a realidade concreta. O estudo dessas manifestações possibilita buscar estratégias e formulação de novas políticas sociais, conforme Art. 4º da Leiº 8662/1993.

O conjunto de desigualdades e injustiças sociais está exposto por um modo de sociabilidade imposta pelo capitalismo e a manifestação das expressões da questão social está levando milhares de pessoas a morte violentamente todos os dias no Brasil.

Consequentemente, com esta análise pouco aprofundada devido a tantos autores que buscaram entender os modos de sociedade e seus meios, podemos começar entender o quão o sistema capitalista é cruel aos trabalhadores e apoiados por um estado mínimo ou pouco interventivo.

Existe a necessidade de um Estado interventivo junto à sociedade com políticas públicas efetivas visto que o capitalismo é impetuoso para atingir suas metas enquanto o ser humano é coisificado pelo sistema e tem sua subjetividade cooptada.

O trabalhador que perde sua dignidade com as humilhações, isolamentos, exitismo, individualismos, desapropriação do sentido da vida, apropriação da subjetividade, competitividade entre os trabalhadores acaba levando a ruptura do laço social e a relação capital x trabalho, levando a condição humana à sub-condição, na perspectiva de atender as demandas do capitalismo com a troca do trabalho útil pra a mais valia exacerbada dos proprietários dos meios de produção, o que tem grande consequências para o ser humano. Este quando chega na fase do envelhecimento fica a margem da sociedade gerando uma grave expressão da questão social exclusão desta população e em quantitativo elevado gera o autoextermínio, porém, fazer análises rasas sobre os casos de suicídio relatando a não relação com trabalho precisa ser um tópico revisto com urgência pelo Ministério da Saúde e a educação permanente e continuada dos trabalhadores da área da saúde para que o usuário possa ter suas demandas atendidas na totalidade.

Os idosos acima de 70 anos estão se suicidando praticamente cinco vezes mais que as mulheres na mesma faixa etária. Porém este não é o foco do presente trabalho, e sim demonstrar o quão o ser humano é coisificado no sistema capitalista e o quão são desvalorizados no mercado de trabalho capitalista por não terem a mesma vivacidade de um jovem e, com isso, a perda da vida social. Segundo Sousa et al. (2013),

Os idosos no contexto social e cultural, em determinadas fases de vida – como aposentadoria, impossibilidade de exercer a profissão por dependências físicas e psicológicas e surgimento de doenças crônicas – se deparam com mudanças negativas e perdas que, frequentemente, lhes causam uma espécie de morte social e subjetiva. Esse sentimento se traduz em isolamento, angústia e dificuldades no relacionamento com seu grupo social.

O Brasil em 2003 teve iniciativa de aprovar o Estatuto do Idoso com a Lei 10.741/2003, regulando direitos a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, com

objetivo de proteger essa população, porém em seu artigo 28 que traz que “O Poder Público criará e estimulará programas de: I – profissionalização especializada para os idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas”; fica evidente que o Estado invés de proteger essa população que trabalhou a vida inteira e mereceria descanso, estimula em forma de Lei o fortalecimento do mercado regulamentando a profissionalização desta população para continuar à disposição do mercado de trabalho. Ou seja, a mesma Lei que protege disponibiliza os idosos e estimula empresas privadas à contratação da população idosa.

O envelhecimento da população brasileira é um fenômeno recente, devido as melhorias nas condições de vida pelas quais o país passou nas últimas décadas, a expectativa de vida do brasileiro ao nascer subiu para 75,2 anos, o acréscimo é de 3 meses e 18 dias em comparação com 2013 - (74,9 anos) . Separando os sexos, as mulheres tiveram um ganho de 3 meses e 11 dias, passando de 78,6 para 78,8 anos. Enquanto os homens ganharam 3 meses e 25 dias, indo de 71,3 para 71,6 anos. O levantamento feito pelo IBGE publicado em 01/12/2016

Percebemos que o Brasil não está preparado com políticas públicas efetivas para o envelhecimento populacional, na contemporaneidade o governo propõe a Reforma da Previdência Social a qual beneficiara o mercado capitalista quando a proposta vai totalmente contra a população que terá que contribuir por mais tempo e conseqüentemente aposentar com idade mais avançada estando desta forma disponível aos predadores capitalistas.

Aos Assistentes Sociais cabe a luta constante em defesa dos direitos dos usuários buscando estratégias na educação continuada para que os usuários do Serviço Social possam fazer uma leitura crítica da realidade apresentada pela grande mídia televisiva, a qual é monopolizada pelo mercado neoliberal. Constitui dever do Assistente Social mediante ao Código de Ética da profissão em seu artigo 5 devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.

### **3 Atuação do assistente social no delineamento de estratégias interventivas e na garantia dos direitos da pessoa idosa**

A benevolência das instituições filantrópicas e caridade da sociedade civil já não era suficiente para atender as demandas da desigualdade social, consequência do processo de industrialização e divisão de classes sociais. O aumento da pauperização e da violência, intrínsecas à desigualdade social gerada com o

capitalismo monopolista a sociedade, o Estado e a Igreja Católica Apostólica Romana perceberam que somente o trabalho filantrópico e caritativo não estava sendo suficiente para atender as demandas.

A tecnificação de profissionais era necessária, pois a riqueza nas mãos de uma minoria devido à produção social e com caráter socialmente excludente para os trabalhadores gerava as expressões da questão social. Uma das questões fundantes do Serviço Social é a questão social, pois com o desenvolvimento do capitalismo e a industrialização a necessidade de intervenção do Estado para diminuição da desigualdade social e com os agravos da questão social entre classe trabalhadora e burguesia.

Com a necessidade de tecnificação de profissionais, em 1936 surge a primeira escola de Serviço Social do Brasil, na cidade de São Paulo, com caráter cristão conservador e moralizante. A teoria da doutrina social da igreja com pensamentos, por exemplo, de São Tomas de Aquino e Santo Agostinho por algumas décadas.

Porém somente a doutrina social não atendia as demandas da sociedade que estava em constante movimento, então foi iniciada uma busca por novas teorias para mediação dos conflitos sociais e atualização do Serviço Social.

O período político do Brasil estava bastante conturbado com a Ditadura Militar (1964), porém os assistentes sociais buscavam estratégias de novos conhecimentos objetivando um rompimento com o conservadorismo homogêneo instalado no Serviço Social; o interesse por autores que comungavam do marxismo possibilitou novos horizontes.

A categoria de assistentes sociais na década de 1990, que é marcado hegemonicamente pela intenção de ruptura, é a partir deste momento que o Serviço Social tem um amadurecimento intelectual. Logo a categoria fragmenta e os profissionais conservadores se posicionam contra o marxismo por entender que este autor não é suficiente para atender todas as demandas existentes.

Segundo Netto (1996), as críticas apresentam em comum o fato de apontarem como problemas o dogmatismo, quando de fato trata-se de ortodoxia, e os equívocos da tradição marxista, quando na realidade tratar-se-ia de possíveis lacunas dessa tradição no âmbito do Serviço Social.

Os Assistentes Sociais recusam a crítica dos conservadores e dá início a um novo projeto profissional com construção de forma coletiva, pois o entendimento que a sociedade está em constantes modificações e transformações e a intenção de ruptura com o conservadorismo explicitam do lugar ao início do Projeto Movimento de Reconceituação, os quais alguns profissionais buscam no marxismo embasamento teórico.

E, mais propriamente no âmbito da corrente que Netto (2004) denominou de Intenção de Ruptura, que para ele significava o rompimento com suas visões conservadoras da profissão, foi levantada a questão de que a profissão se debruçasse sobre a produção de um conhecimento crítico da realidade social para que o serviço social pudesse objetivo e (re) construir objetos de sua intervenção bem como responder as demandas sociais colocadas no mercado de trabalho e pela a realidade. Assim pode o Serviço Social aprofundar o diálogo crítico e construtivo com diversos ramos das chamadas Ciências Humanas Sociais (Economia, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Psicologia)

O Serviço Social está em constante movimento, pois o capitalismo e suas crises cíclicas trazem novas expressões da questão social que precisam ser repensadas teoricamente para atender as novas demandas.

Iamamoto (2004), após realizar uma análise dos desafios colocados ao Serviço Social nos dias atuais, apontou três dimensões que devem ser do domínio do Assistente Social:

Competência Ética Política - o Assistente Social não é um profissional “neutro”, sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista - relações essas que são contraditórias. Assim é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social pra que se possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática. Isso implica em assumir valores éticos morais que sustentam a sua prática (grifo nosso).

Competência teórica metodológica - o profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha. Para isso, faz-se necessário um intenso rigor teórico e metodológico, que lhe permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais.

Competência técnica operativa - o profissional deve conhecer, se apropriar e, sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo desenvolver as ações profissionais junto a população usuária e as instituições contratantes (Estado, empresas, Organizações não governamentais, fundações, autarquias etc.), garantindo assim uma inserção qualificada no mercado de trabalho, que responda às demandas colocadas tanto pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social.

Essas três dimensões de competências nunca podem ser desenvolvidas separadamente - caso contrário, cairemos nas armadilhas da fragmentação e da

despolitização, tão presentes no passado histórico do Serviço Social (Carvalho & Yamamoto, 2005)

O método de investigação e mais especificamente o materialismo histórico dialético possibilita ao Assistente Social uma análise de conjuntura não fragmentando o ser social. A produção de conhecimento é necessária, pois vai buscar além da aparência, além do que está posto, com posicionamento crítico e questionador e deste modo o profissional poderá planejar suas ações com instrumentos e técnicas para executar a intervenção social, a exemplo do autoextermínio que se trata de um tema multifacetado e um posicionamento acrítico não trará contribuições para elaboração de políticas públicas. Segundo o

Art.4º são competências do Assistente Social:  
II elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil (CEFESS: 2002; p.17).

Constituem competências do Assistente Social: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

O Serviço Social historicamente é importante para os enfrentamentos da questão social com suas ações, instrumentos, estudos e publicações, porém o suicídio como consequência de uma das expressões sociais específica do suicídio foi encontrado material para estudos e análises de forma restrita.

Para Yamamoto (2011), atualmente, um dos maiores desafios que o Assistente Social tem é de ser um profissional propositivo e não somente o executor, que ao compreender uma determinada realidade, seja capaz de propor intervenções criativas e eficazes para a efetivação de direitos.

O Estatuto do Idoso em seu Capítulo VIII e Art. 33. A assistência social aos idosos será prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes. O que é um grande avanço para esta população, que terá políticas intersetoriais e profissionais capacitados para atender às demandas da população em grau acentuado de vulnerabilidade com políticas seletivas e focalizadas, sem os quais as famílias não têm como prover a sub-existência desses idosos.

Exemplificando o parágrafo anterior temos o Benefício de Prestação Continuada da LOAS, o qual é concedido a idosos em condições de extrema pobreza que não têm condições de trabalho e que sua família não consiga prover as necessidades básicas, ou seja, um benefício de um salário mínimo para idosos que sobrevivem à margem da pobreza da sociedade. Extremamente seletivo os quais os Assistentes Sociais precisam fazer uma leitura crítica para conceder o benefício seguindo os parâmetros técnicos impostos pela Lei.

### **3 Considerações Finais**

Este trabalho buscou conhecer a questão social do trabalho e seu impacto para a população idosa refletindo acerca do papel do Serviço Social neste contexto de embate apontando possibilidades de intervenção por meio da atuação profissional. Os resultados da pesquisa comprovam que o Serviço Social tem muito a contribuir para a garantia de direitos da população idosa, fomentando discussões e denunciando situações de violação de direitos conforme o Estatuto do Idoso.

O Brasil, assim como os países da América Latina, está bem distante na efetivação de políticas públicas efetivas para a garantia dos direitos da população idosa e identifica-se a necessidade de melhorar a qualidade dos serviços destinados a este público, com ações efetivas e de conscientização dos atores envolvidos por se tratar de um tema de extrema complexidade no âmbito econômico, político e social.

Finalizando, conclui-se que o Serviço Social pode articular estratégias, construir alianças com outras áreas das Ciências Sociais com objetivo da defesa intransigente dos direitos humanos do idoso, um dos princípios do Código de Ética do Assistente Social.

### **REFERÊNCIAS**

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm)>. Acesso em: 06 de novembro 2018.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, 41 ed., Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001

\_\_\_\_\_. Marilda Vilela. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade**. In:\_\_\_\_\_ CFESS. Atribuições Privativas do Assistente Social em questão. Brasília, 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “Questão Social” no capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro, 2008.